



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL ACRE

Versão: 1.0

Última revisão: 08/11/2022

1. OBJETIVO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE:

1.1 - Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais descreve as diretrizes e práticas do tratamento (coleta, armazenamento, utilização, processamento e demais modalidades previstas na legislação específica) de dados pessoais dos usuários dos sítios eletrônicos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre.

1.2 - Dado pessoal, na definição prevista no art. 5º, inc. I, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) se configura como a “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”.

1.3 – Os usuários dos sítios eletrônicos incluem os advogados, destinatários primários desta Política, o Poder Judiciário e a sociedade em geral.

2. NORMAS APLICÁVEIS:

2.1 - A presente Política se baseia notadamente nas disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e da Lei nº. 12.965/2014 (“Lei do Marco Civil da Internet”), conjuntamente com o previsto na legislação que rege a advocacia, especialmente Lei nº 8.906/1994 (“Estatuto da Advocacia e da OAB”) e o correspondente Regulamento Geral.

3. ABRANGÊNCIA

3.1 - A presente Política aplica-se a todos os usuários dos sítios eletrônicos e serviços online oferecidos pela OAB/AC, bem como às políticas específicas de fornecedores de tecnologia e serviços para os sítios eletrônicos ou de parceiros.



4. BASES LEGAIS PARA A COLETA DE DADOS PESSOAIS

4.1 – A regulamentação da advocacia pressupõe a instituição de normas e provimentos pelo CFOAB visando regular o exercício da profissão e a administração de registros e controles correlatos. A coleta de dados pessoais inerente a tais atividades é amparada pelo previsto no art. 7º, II, da LGPD.

4.2.- Caso a OAB/AC necessite coletar dados pessoais para o desempenho de atividades que não sejam inerentes a suas funções originárias, tal coleta será precedida de autorização do titular de dados, salvo no caso de necessidade de cumprimento de obrigação regulatória. Neste caso o consentimento é legalmente dispensado.

4.3- Os usuários poderão solicitar informações sobre o seu cadastro e sua exclusão, por meio do formulário específico disponível no sitio eletrônico www.oabac.org.br.

5. COOKIES

5.1. **O que são os Cookies.** Um *cookie* é um registro de informação armazenado localmente no computador ou dispositivo do usuário, contendo informação acerca das atividades deste nos sítios eletrônicos.

5.2 – O sitio eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil – Acre utiliza os seguintes tipos de cookies para as finalidades respectivas:

- I) cookies imprescindíveis à navegação nos sítios eletrônicos;
- II) cookies para documentação do histórico de visitação nos sítios eletrônicos;
- III) cookies para registro de interesses observados na navegação pelo usuário nos sítios eletrônicos, ou para histórico;
- IV) cookies para fins estatísticos.

Chamamos atenção para que certos cookies fornecidos por terceiros, como os cookies do serviço Google Analytics, contam com políticas de proteção de dados pessoais próprias, e os interessados devem consultá-las, quando desejem conhecimento aprofundado.



6. CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS

6.1 - Para fins da coleta de certos dados pessoais de modo a viabilizar, por exemplo, a assinatura digital a ser empregada em processos judiciais eletrônicos, as Seccionais da OAB são o Controlador de dados.

6.2 – As Seccionais da OAB compartilham sua base de dados com o CFOAB para que este possa compor (juntamente com dados pessoais que ele mesmo coleta, como os de navegação nos sítios eletrônicos) o Cadastro Nacional de Advogados. Essa articulação torna Controladores Conjuntos o CFOAB e as Seccionais da OAB, embora para finalidades individuais distintas.

7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

7.1 - Nos limites permitidos pela legislação aplicável, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil poderá tratar os dados pessoais, conforme descritos na tabela Sistemas e Dados Coletados.

7.2 - Dados pessoais sensíveis, como dados biométricos, ou dados relativos a saúde, ou ainda, dados relativos a raça ou etnia, serão administrados com cuidados especiais, e poderão ficar segregados da exposição pública, para fins estatísticos.

7.3 - A indisponibilidade de certos dados pessoais, configurando exclusão parcial em cadastros, poderá ser requerida pelos interessados indicando motivação específica quando se referirem a dados pessoais que sejam, em geral, de interesse público.

8. SEGURANÇA DOS REPOSITÓRIOS DE DADOS PESSOAIS

8.1 – É de conhecimento público que o acesso a dados pessoais é, muitas vezes, visado para fins estranhos a práticas salutares. Nesse sentido, a OAB/AC procura adotar medidas razoáveis ao seu alcance conforme o estágio de avanço da tecnologia de segurança. Não existe, contudo, a possibilidade de prevenção absoluta de incidentes de segurança. Na hipótese de comprometimento de dados pessoais, a OAB/AC divulgará os fatos, à medida em que sejam comprovados.



9. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

9.1 – A OAB/AC poderá vir a fornecer dados pessoais dos usuários dos sítios eletrônicos às seguintes categorias de entidades e organizações:

9.1.1 - Com tribunais e demais órgãos integrantes ou auxiliares do Poder Judiciário;

9.1.2 - Fornecedores de serviços necessários ao desempenho das funções institucionais da OAB/AC (por exemplo, fornecedores de software de banco de dados, e provedores de acesso à Internet);

9.1.3 - Órgãos da Administração Pública e autoridades competentes, com a finalidade de:

- a) Colaborar na atividade investigatória de denúncias, ou para a condução de medidas e processos judiciais.
- b) Cumprir obrigações legais e regulatórias.

10. TRANSFERÊNCIAS DE SEUS DADOS PESSOAIS PARA FORA DO BRASIL

10.1- A OAB/AC poderá transferir, em situações pontuais de necessidades de serviço, alguns de seus dados pessoais a prestadores de serviços localizados no exterior, incluindo prestadores de serviços em nuvem. Quando seus dados pessoais forem transferidos para fora do Brasil, adotaremos medidas apropriadas, de acordo com o previsto na LGPD, para garantir a proteção adequada de seus dados pessoais em conformidade com os requisitos da legislação aplicável de proteção de dados, inclusive por meio da celebração de contratos apropriados de transferência de dados pessoais com terceiros.

11. POR QUANTO TEMPO GUARDAREMOS SEUS DADOS PESSOAIS?

11.1 - Armazenaremos suas informações:

- I-pelo tempo exigido por lei;
- II - até o término previsto do tratamento de dados pessoais;
- III - pelo tempo necessário a preservar o legítimo interesse do CFOAB, conforme o caso;
- IV - pelo tempo necessário para resguardar o exercício regular de direitos do CFOAB em processo judicial, administrativo ou arbitral.



Nesse contexto, trataremos seus dados pessoais, por exemplo, durante os prazos prescricionais aplicáveis ou enquanto necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

11.2 - O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nos seguintes casos:

11.2.1 - Quando a finalidade pela qual os dados pessoais do titular foram coletados for alcançada e/ou os dados pessoais coletados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance de tal finalidade;

11.2.2 - Quando o titular dos dados pessoais estiver em seu direito de solicitar o término do tratamento e a exclusão de seus dados pessoais e o fizer; e

11.2.3 - Quando houver uma determinação legal neste sentido.

11.3 – Nos casos de término de tratamento de dados pessoais, ressalvadas as hipóteses estabelecidas pela legislação aplicável ou pela presente Política de Privacidade (nas quais poderá haver o bloqueio do acesso aos dados pessoais ainda mantidos), os dados pessoais serão eliminados.

12. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

12.1 - De acordo com o previsto na LGPD, o usuário dos sítios eletrônicos possui diversos direitos em relação aos seus dados pessoais. Tais direitos incluem, mas não se limitam a:

12.1.1 - Receber informações claras e completas sobre o tratamento de seus dados pessoais, incluindo detalhes sobre as hipóteses de compartilhamento dos seus dados pessoais com terceiros, nos termos do item 9 desta política;

12.1.2 - Solicitar o acesso a seus dados pessoais e/ou a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais pela OAB/AC;

12.1.3 - Solicitar a alteração de quaisquer dados pessoais imprecisos, incompletos e desatualizados;

12.1.4 - Se opor às atividades de tratamento, solicitar a anonimização e eliminação de dados pessoais, em circunstâncias específicas;

12.1.5 - Solicitar a portabilidade de seus dados pessoais;



12.1.6 - Revogar o consentimento a qualquer momento, quando se trate de dados pessoais cujo tratamento se encontre sujeito a obtenção de consentimento;

12.1.7 - Peticionar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

12.2 – Determinadas situações podem não autorizar o exercício de alguns direitos previstos acima, e nestas hipóteses o usuário será informado.

13. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

13.1 – A OAB/AC poderá atualizar esta Política a qualquer tempo, sempre indicando a data da nova versão e mantendo aviso respectivo nos sítios eletrônicos. Caso o usuário tenha interesse em receber aviso eletrônico de qualquer alteração desta Política, deve dirigir solicitação ao endereço <http://www.oabac.org.br/servicos/lgpd>